

Trinta anos de cultura marxista

Está chegando às livrarias a coletânea de ensaios "Cultura e Sociedade no Brasil". O sociólogo Leandro Konder dá o seu testemunho sobre o autor do livro, Carlos Nelson Coutinho, com quem mantém uma amizade há três décadas

Em 1961, a revista "Ângulos", editada pelo Centro Acadêmico Ruy Barbosa, da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, em seus números 16 e 17, publicou dois ensaios escritos por um jovem de dezesseis anos chamado Carlos Nelson Coutinho. Desde então, esse ensaísta vem marcando presença, com crescente vigor, tanto na vida teórico-política como na reflexão filosófica e cultural da sociedade brasileira. É interessante notar que, desde os primeiros passos, ele fazia uma clara opção pelos dois campos de trabalho aos quais haveria de se dedicar, ao longo das três décadas subsequentes. O artigo do n.º 16 de "Ângulos" se intitulava "O processo das contradições e a Revolução Brasileira". E o artigo do n.º 17 estava dedicado à "Problemática atual da dialética".

Havia, certamente, traços de ingenuidade nos dois ensaios. Mas havia, também, elementos de uma aguda percepção de problemas que seriam retomados no pensamento elaborado nas épocas posteriores. No primeiro se acha formulada uma pergunta dramática: "O que de realmente científico foi escrito sobre a pequena-burguesia e a burguesia industrial brasileira?" Os avanços das ciências sociais brasileiras nas décadas que se seguiriam a essa indagação se debruçaram sobre a questão proposta pelo teórico neófito (mesmo ignorando o texto em que ela estava feita), confirmando a justiça de sua inquietação. E no segundo dos dois artigos, além de uma retomada das preocupações teóricas de Caio Prado Júnior em polêmica com a filosofia oficial da "diamat" (dialética materialista adotada pelo "marxismo-leninismo" soviético), se encontra a primeira expressão de uma assimilação efetiva da perspectiva do pensador húngaro Georg Lukács e do seu aproveitamento como um todo no esforço de pensar a realidade contemporânea de um ângulo brasileiro.

Guerreiro Ramos, Vamireh Chacon e Nelson Werneck Sodré, entre outros, tinham tomado consciência da existência de Lukács, lido e aproveitado seus escritos. Nelson Werneck Sodré, em especial, na sua "História da Literatura Brasileira" (na 3.ª edição, lançada pela José Olympio em 1960), manifesta grande apreço por Lukács, chamando-o de "mestre". Contudo, não creio que possa haver dúvida quanto ao pioneirismo de Carlos Nelson Coutinho na assimilação do método de Lukács. Carlos Nelson foi, de fato, o primeiro *lukacsiano* brasileiro. Quer dizer: foi o primeiro a se servir do instrumental conceitual *lukacsiano* em seu conjunto, extraindo proveito da *coerência interna* da filosofia do pensador húngaro, de sua maneira de abordar as relações da literatura com a sociedade.

Essa disposição à coerência não é comum na nossa história cultural. Sob a pressão das exigências da nossa sociedade - tão dilacerada! - o pensamento costuma transigir, dobrar-se à conciliação de pontos de vista contraditórios, esgarçando-se em combinações ecléticas e desperdiçando suas possibilidades de aprofundamento nas facilidades da "colcha de retalhos". Carlos Nelson Coutinho foi, desde o início, uma figura de exceção: mergulhou, de corpo e alma, no universo de Lukács, para voltar à tona em condições de extrair todas as consequências de uma reflexão filosófica rigorosa, "intransigente". Ele sempre soube que não se pode fazer filosofia com a mesma desenvoltura com que se pode fazer uma salada, combinando alfaces com tomates e batatas, cebolas e pepinos, azeite e vinagre. As idéias não se ajustam umas às outras com a mesma facilidade com que se juntam os legumes e as verduras. A busca do conhecimento não trilha os caminhos explorados pela conquista do sabor, pela produção de efeitos gustativos na arte culinária. O conhecimento é intrinsecamente totalizante e depende de muito trabalho: a compreensão de cada aspecto particular depende de uma visão global que seja capaz de situar o fenômeno no seu contexto; e, ao mesmo tempo, essa visão global precisa ser sempre revista, reelaborada, à luz dos novos aspectos particulares descobertos em cada setor. Essa constante articulação do todo e da parte exige muito rigor, muita persistência. Não tem nada a ver com o improvisado fácil das saladas.

No entanto, a perseguição da coerência comporta um risco óbvio: o perigo do enrijecimento doutrinário. Apoiando-se num sistema teórico, o pensador está sempre sujeito a ficar preso às esquematizações que se adequam à sua doutrina, deixando de lado (ou distorcendo) tudo aquilo que, nos movimentos sempre surpreendentes da realidade infinita, escapa à competência das explicações adotadas.

Carlos Nelson Coutinho deixou transparecer, em alguns momentos, certo receio filosófico de permanecer preso às concepções *lukacsianas* que lhe eram tão caras e fez movimentos pelos quais tentava trazer para seu arsenal armas teóricas obtidas em outras fontes. Nesse sentido, é sintomático seu encontro com Sartre, do qual resultou um ensaio publicado originalmente na revista "Estudos Sociais" n.º 18 (novembro de 1963). Ele buscou no existencialismo marxista de Sartre elementos capazes de revitalizar a dialética no inte-



rior do marxismo e chegou a ver na "Crítica da Razão Dialética" uma verdadeira autocritica do marxismo.

O golpe de Estado de 1964 forçou-o a sair da Bahia e o trouxe para o Rio de Janeiro. Aqui, nas duras condições da repressão desencadeada pelo ciclo das ditaduras militares, o jovem ensaísta passou a combinar o trabalho de tradutor e a militância política da resistência com a atividade de escritor: novos ensaios foram redigidos e reunidos no livro "Literatura e Humanismo", lançado pela Editora Paz e Terra, em 1967. Eram tempos sombrios; o marxismo era estigmatizado como pensamento demoníaco, comprometido com uma vasta conspiração mundial urdida pelas forças do Mal. Carlos Nelson se empenhou numa demonstração prática convincente de que o legado de Marx, na linha em que Lukács o reasumira, passava por uma clara recuperação dos valores do humanismo e do racionalismo.

Numa polêmica permanente, tanto contra o stalinismo como contra as manifestações de capitulação de algumas tendências da cultura ocidental diante das distorções provocadas pela ideologia dominante (de caráter conservador) imposta pela burguesia à sociedade, o nosso crítico analisava, em seu livro, os romances de Dostoiévski e Semprun, os romances de Graciliano Ramos e Soljenitzin, bem como as idéias de Lukács e de Zhdánov (o teórico "clássico" da estética stalinista).

Paralelamente à redação de seus ensaios, ele se dedicava a traduzir diversos volumes de um autor cujo pensamento viria mais tarde a marcar profundamente as discussões teórico-políticas travadas no Brasil: o italiano Antônio Gramsci. O editor Ênio Silveira, à frente da Editora Civilização Brasileira, decidiu, corajosamente, lançar Gramsci em português, numa época em que ele ainda não tinha sido "descoberto" pelos franceses, ingleses e norte-americanos. E Carlos Nelson se incumbiu da tradução de "Concepção Dialética da História", "Os intelectuais e a organização da Cultura" e "Literatura e vida nacional". (Completando a série que chegou a se editar, Luiz Mário Gazzaneo traduziu "Maquiavel, a política e o estado moderno" e Noémi Spínola traduziu as "Cartas do Cárcere").

A edição dos "Cadernos do Cárcere" ficou interrompida, porque os volumes de Gramsci, na ocasião, venderam pouco: encalharam nas livrarias. Além disso, no final de 1968, desabou sobre nós a calamidade do Ato Institucional n.º 5, que deu início à fase mais braba da repressão.

Carlos Nelson ficou no Brasil enquanto pôde. Viu a radicalização da campanha de "demonização" do marxismo pelas forças mais truculentas da direita. Viu os políticos liberais, centristas e "moderados", salvo raras e honrosas exceções, conciliarem com a ditadura. Viu multiplicarem-se os casos de tortura e "desaparecimento" de presos políticos. E viu, também, crescer no âmbito do pensamento universitário a presença de uma linha teórica, que, em nome da busca do rigor, desviava a reflexão das questões mais dramáticas da intervenção do sujeito humano na história: a linha do estruturalismo. O estruturalismo ameaçava "desistoricizar" a nossa produção de conhecimento numa hora em que nós estávamos sendo rudemente desa-

fiados a compreender a história que outros estavam fazendo conosco, a fim de podermos reagir contra ela e passarmos a fazer - libertariamente - nossa própria história. Carlos Nelson reagiu contra isso: escreveu o ensaio "O Estruturalismo e a miséria da Razão", que encontrou, na época, grandes dificuldades para ser publicado, e só saiu depois de dois anos, graças ao empenho do então diretor da editora Paz e Terra, o poeta Moacyr Félix.

Depois do combativo ensaio contra o estruturalismo (editado em 1972), o nosso crítico, cada vez mais pressionado pelas exigências imediatas da luta política, sentiu necessidade de se ocupar dos problemas da relação entre a literatura e a democracia na obra de um autor brasileiro. E, assim como tinha feito uma análise *lukacsiana* da obra romanesca de Graciliano Ramos, dispôs-se a fazer uma abordagem *lukacsiana* da obra de Lima Barreto. Preparou um ensaio intitulado "O significado de Lima Barreto na literatura brasileira", carro-chefe do volume coletivo "Realismo & Anti-Realismo na literatura brasileira", que a Paz e Terra editou em 1974. Mostrou como Lima, tanto na vida quanto na arte, repeliu as tentativas de cooptação sutil que o sistema elitista da nossa sociedade costuma fazer, insurgiu-se vigorosamente contra a conciliação dos letrados com os poderosos e se recusou a cultivar qualquer modalidade de "intimismo" à sombra do poder.

Lima Barreto pagou um preço muito alto por sua independência, pela preservação do seu espírito crítico, insubornável. As classes dominantes são, habitualmente, implacáveis nas punições que aplicam aos que questionam seu domínio. No Brasil, especialmente durante os surtos de autoritarismo mais extremado, os de "cima" se tornam espantosamente truculentos na perseguição aos representantes dos de "baixo". Graciliano Ramos se deu conta disso durante a onda de repressão que se seguiu ao levante de 1935, quando estava sendo preparado o Estado Novo getulista e a polícia o prendeu. Carlos Nelson foi forçado a sair do país quando os agentes do Estado devastaram a cúpula do Partido Comunista Brasileiro, matando diversos dos seus dirigentes (como Luiz Inácio Maranhão, David Capistrano da Costa, Célio Guedes, João Massena Melo e Orlando Bonfim). Nesse período extremamente doloroso, o nosso ensaísta teve o conforto moral de se ver citado por mestre Antônio Cândido, que, sempre solidário, numa entrevista concedida à revista "Veja" (em 15-10-1975), referiu-se ao que estava acontecendo de importante na crítica cultural feita na área universitária, no Brasil, e acrescentou: "Fora da universidade, eu mencionaria o grupo em torno do jovem pensador Carlos Nelson Coutinho".

No exterior, Carlos Nelson viveu na Itália, em Portugal e na França. Ficou impressionado com as exigências de renovação que se manifestavam no chamado "eurocomunismo". Aprofundou seus vínculos com o Partido Comunista Italiano. E, relendo Gramsci, extraiu das posições do fundador do PCI implicações e consequências que iam além do alcance das interpretações feitas na época em que o havia traduzido para o português.

Voltou ao Brasil no final de 1979, quando já se percebia a chegada da anistia. Lançou, então, um ensaio que repercutiu como uma verdadeira "bomba" no pensamento de esquerda brasileiro. "A democracia como valor universal" (publicado no n.º 9 da revista "Encontros com a Civilização Brasileira" e depois incluído no livro "A democracia como valor universal e outros ensaios", que teve duas edições, uma pela Livraria Editora Ciências Humanas e outra pela Salamandra). Nesse ensaio - como notou Francisco Weffort - um marxista empreendeu sobre a questão democrática uma reflexão mais vigorosa do que aquela que até então vinha sendo feita pelos liberais. Fazia uma opção radical pela democracia, que trazia com ela uma proposta de socialismo necessariamente nova (capaz de absorver elementos provenientes da tradição li-

beral, como a preservação dos direitos e garantias individuais, o fortalecimento da cidadania, a proteção das minorias, o pluripartidarismo, o respeito à alternância no poder etc.).

Apoiado em Lukács, educado nas formulações rigorosas do pensador húngaro, Carlos Nelson podia ler Gramsci sem se iludir quanto às limitações do grande teórico italiano; ao mesmo tempo, entretanto, encontrava em Gramsci os estímulos de que precisava (e que Sartre não tinha chegado a proporcionar-lhe dezesseis anos antes) para escapar a algumas esquematizações demasiado fechadas da filosofia *lukacsiana*. Então, o movimento do seu pensamento, tal como se expressou no ensaio de 1979, lhe permitiu ir além dos horizontes tanto de Lukács como do próprio Gramsci, ultrapassando as fronteiras do leninismo.

Afastando-se das fórmulas envelhecidas do "marxismo-leninismo" e, simultaneamente, deixando os quadros do PCB, Carlos Nelson iniciou a trajetória que haveria de levá-lo ao PT. Procurou sublinhar, cada vez mais, a importância do compromisso do socialismo renovado com a modernidade e com o abandono de quaisquer "modelos" externos, implícitos ou explícitos. Numa declaração à revista "Isto É" (28-7-1982), fixou em palavras sugestivas seu ideal: "O socialismo brasileiro precisará ter a cara de Leila Diniz e Ipanema, nunca a de Leonid Brejnev".

A produção ensaística de Carlos Nelson neste últimos dez anos tem sido intensa. Um livro introdutório intitulado "Gramsci" foi lançado em 1981 pela editora gaúcha L&PM e mereceu uma resenha altamente elogiosa de Raymundo Faoro. Outros textos vieram a ser dedicados à relação das idéias de Gramsci com a sociedade brasileira: em uma intervenção feita num seminário do Cedec, incluído no volume coletivo "As esquerdas e a democracia" (ed. Paz e Terra, 1986), Carlos Nelson esclareceu, com todas as letras, que, "embora necessário, Gramsci não é suficiente para resolver todas as questões que hoje se colocam a nós, marxistas, diante do desafio democrático". Não basta contribuir para o fortalecimento da "sociedade civil"; é preciso encaminhar ações das forças democráticas no interior do aparelho do Estado, travando uma luta prolongada e difícil para modificá-lo (já que o Estado não vai ser pura e simplesmente "quebrado" através de uma "explosão"). Em polêmica com Teotônio dos Santos, por outro lado, Carlos Nelson sustentou - apoiado nas categorias de Gramsci - que não se podia considerar desejável "qualquer socialismo", que era imprescindível lutar por um socialismo efetivamente democrático, baseado na "construção de uma sociedade civil rica e pluralista", com "um sistema partidário definido e moderno", capaz de evitar um "corporativismo selvagem" (em "Crítica marxista", número especial sobre "As antinomias de Gramsci", editora Joruês, 1986). Num artigo escrito para um seminário internacional realizado em Ferrara, na Itália, e publicado no Brasil pela revista "Presença" (n.º 8), com o título "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira" (depois incluído no volume "Gramsci e a América Latina", ed. Paz e Terra, 1988), Carlos Nelson insistiu na tese de que a sociedade brasileira, apesar do peso enorme do atraso, já está bastante "ocidentalizada" em suas condições objetivas, institucionais, porém - no plano subjetivo - ainda resta um "longo caminho a percorrer na luta pela ampliação da socialização da política".

A ampliação da "socialização da política" só poderá ser devidamente conquistada por um processo no qual, a despeito de previsíveis tumultos e inevitáveis rupturas, será impossível, para os revolucionários, promoverem de uma hora para outra a transformação do modo de produção capitalista e a construção de uma sociedade genuinamente socialista e democrática. Carlos Nelson procurou extrair algumas consequências dessa constatação no livro "A dualidade de poderes" (E. Brasileira, 1985), cujo subtítulo é: "Introdução à Teoria Marxista de Estado e Revolução".

Mais recentemente, o nosso ensaísta reescreveu o livro introdutório de 1981 sobre Gramsci, refundiu-o, desenvolveu-o, e acabou redigindo um trabalho novo, que foi publicado pela editora Campus com o título "Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político". E na semana passada começou a ser distribuída às livrarias sua mais recente obra, a coletânea "Cultura e sociedade no Brasil" (Ed. Oficina de Livros), que reúne os antigos ensaios "clássicos" dedicados a Graciliano Ramos e a Lima Barreto, acrescentando-lhes outros textos: "Os intelectuais e a organização da Cultura"; "Cultura e Sociedade no Brasil"; "A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior"; "Dois momentos Brasileiros da Escola de Frankfurt"; e "A recepção de Gramsci no Brasil". É uma excelente oportunidade para os leitores da nova geração entrarem em contato com as idéias de um pensador marxista brasileiro que não está prostrado nem acoburnado diante da atual "crise do socialismo", porque já a vinha discutindo e estudando muitos anos antes de ela se explicitar. Há três décadas, ele vem analisando, com espírito crítico, as contradições do processo da revolução brasileira e os problemas internos do desenvolvimento do marxismo (isto é: a "problemática atual da dialética").

Carlos Nelson foi o primeiro a se servir do instrumental conceitual lukacsiano em seu conjunto, extraindo proveito da coerência interna da filosofia do pensador húngaro

Não basta contribuir para o fortalecimento da sociedade civil. É preciso encaminhar ações das forças democráticas no interior do aparelho do estado, travando uma luta prolongada e difícil para modificá-lo